

Ilha de Guaratiba: Paisagem Verde Para Quem?

Ilha de Guaratiba: Green Landscape for Whom?

Alice Ferreira Rodrigues Dias
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

Resumo: O presente artigo trata das imagens construídas da paisagem verde/rural no imaginário social, que levaram moradores de diversas partes da cidade, inclusive de bairros nobres do Rio de Janeiro, a escolher a Ilha de Guaratiba (área periurbana) como local de moradia a partir da década de 1970. Trata ainda dos conflitos e expectativas que essa inserção acabou por provocar. Os primeiros *outsiders* a se instalar, entre as décadas de 1970 e 1980, ocuparam sítios. Os seguintes, a partir da década de 1990, ocuparam condomínios fechados recém-lançados. A construção desses condomínios e posterior decreto da prefeitura propondo transformar a Ilha num bairro de classe média projetaram a possibilidade de um futuro não cogitado até então, gerando uma série de sentimentos e ações conflitantes entre os primeiros *outsiders* e antigos moradores ainda ligados ou não à agricultura. Em defesa de seus valores e conseqüentes necessidades, cada ator social/político vem utilizando as “armas” que tem em mãos, tendo em vista suas diferentes trajetórias sociais. Enquanto para os primeiros *outsiders* a proteção da paisagem verde é o foco de suas ações, para os antigos moradores – aqueles que não encontram em “seu lugar” tal paisagem – a mudança, mesmo que lamentada, é a melhor opção prática para resolução de seus problemas.

Palavras-chave: paisagem verde; periferia urbana; permanência; mudança.

Abstract: This research deals with expectations and conflicts concerning green/rural landscape images in the social imagination, which from the 1970s onward, led inhabitants from different parts of Rio de Janeiro, even those originally from wealthy neighborhoods, to move to Ilha de Guaratiba, an area located on the built-up edge of the city. The first *outsiders* to move in during the 1970s and 1980s set up hobby farms and in the following decade gated residential areas appeared. This last kind of land development together with municipal government re-zoning the area as a middle-class suburb generated conflicting expectations between older residents who were more rural orientated but wanted urban improvements and the hobby farmers who wanted to preserve the green landscape which had originally attracted them to the place.

Keywords: green landscape, urban periphery, permanence and change.

Introdução

Na mesma época em que Gilberto Velho publicava “A utopia urbana” (1975), moradores das zonas Sul e Norte da cidade do Rio de Janeiro deixavam o “ritmo da metrópole” (SIMMEL, 1967) para residir em sítios situados nos rincões ainda rurais de Guaratiba (BICALHO, 1992), bairro periférico da cidade do Rio de Janeiro.

Esse movimento foi acelerado na década de 1990 com o surgimento de condomínios fechados, cujo principal chamariz era a possibilidade da vida tranquila proporcionada pelo contato direto com a natureza ou com o “verde”, termo mais utilizado pelos novos moradores.

Em maio de 2004, o então prefeito da cidade do Rio de Janeiro assinou um decreto dispondo sobre a criação de um novo bairro na baixada de Guaratiba, propondo para seu nome “Recreio de Guaratiba”. Esse novo território, criado por lei, pretende englobar a localidade informalmente denominada Ilha de Guaratiba pelos moradores; a área ocupada pela EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), CETEX (Centro de Tecnologia do Exército) e FIPERJ (Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro); além dos sítios arqueológicos existentes no local. Grande parte do bairro de Guaratiba, o maior em extensão da cidade, foi excluída dos limites propostos para o novo bairro, por dois motivos: presença de vários loteamentos irregulares de população de baixa renda, e ausência da “natureza” do fragmento selecionado.

Os limites propostos para o novo bairro coincidem em grande parte com os limites da “Ilha de Guaratiba”, localidade interna ao mencionado bairro de Guaratiba. Esse nome não é reconhecido pela prefeitura por se tratar de um fragmento interno ao bairro. Além disso, o nome praticado por moradores é mal visto pelos arquitetos da Área de Planejamento 5 da prefeitura (AP-5, responsável por quase toda a zona Oeste da cidade, incluindo Guaratiba – vide Figura1) por se tratar de uma corruptela. Em uma das entrevistas, fui corrigida pelo arquiteto ao me referir à localidade como “Ilha de Guaratiba”. A correção foi justificada pelo fato de tal localidade não ser uma “ilha” no sentido geográfico, já que “não é cercada de água por todos os lados”.

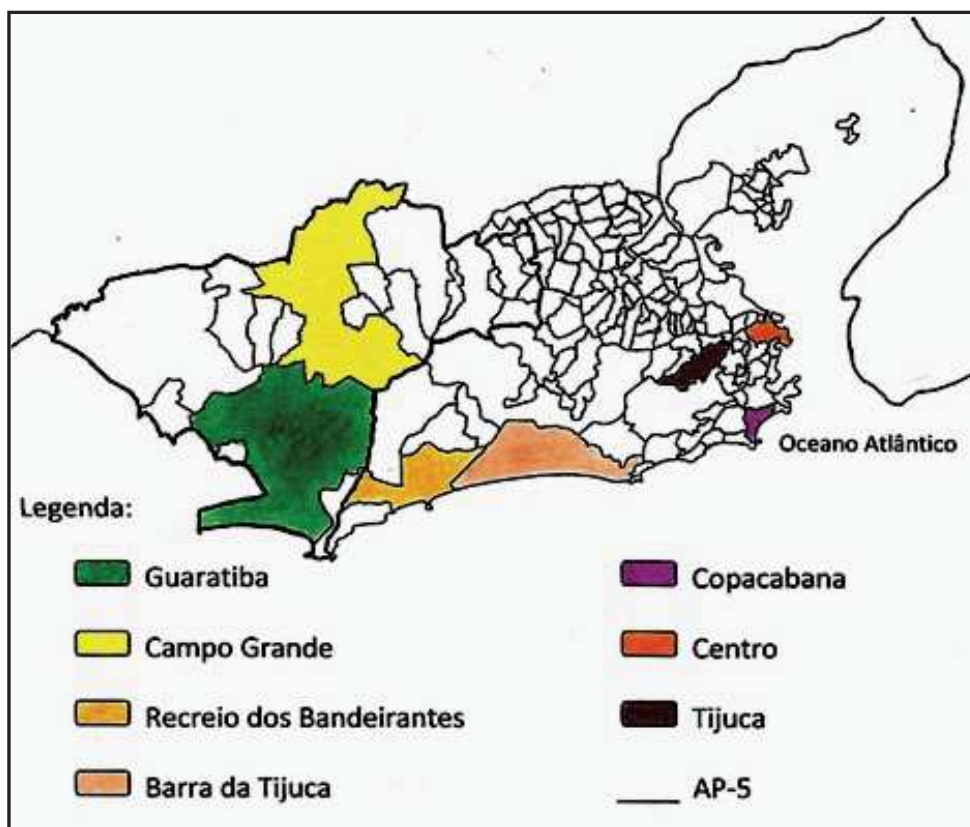


Figura 1 – Bairros da cidade do Rio de Janeiro (alguns referenciais).

“Ilha” é, então, corruptela do nome de um antigo proprietário de terras da localidade, estrangeiro, chamado William. Conta a história que o mesmo era chamado pelos moradores por “Uilha” e que, com o passar do tempo, se transformou em “ilha”, palavra mais significativa para os descendentes dos antigos moradores que não chegaram a conhecer tal proprietário de terras. Existem outras explicações para esse engano toponímico, mas essa versão é a mais disseminada.

Tendo de um lado a exuberante encosta do maciço da Pedra Branca e, do outro, vasta área de mangue protegido pelas instituições mencionadas anteriormente, a localidade foi apresentada como possível área para estabelecimento de mais um bairro de classe média, sendo a versão “verde” do Recreio dos Bandeirantes (Figura 2).



Fonte: adaptado do decreto nº 24.230 de 20 de maio de 2004 e Jornal O Globo de 6 de julho de 2004.

Figura 2 – Os limites do novo bairro em relação à Guaratiba.

Nesse trabalho, busco interpretar o significado do “verde” para os estabelecidos (moradores de longa descendência com histórico de trabalho agrícola) e os *outsiders* (moradores que optaram pela Ilha de Guaratiba como primeira ou segunda residência) (ELIAS e SCOTSON, 2000), bem como o embate provocado por esse encontro na luta pela permanência ou mudança das características rurais da localidade.

Esse questionamento surgiu durante um trabalho de campo realizado na mesma localidade, sobre a percepção dos limites dos bairros para moradores de diversas localidades da cidade, de acordo com as exigências da disciplina Antropologia III, cursada durante a graduação em Ciências Sociais na UFRJ. A pesquisa foi concluída em 2007,

contudo o presente estudo foi motivado por alguns conflitos em torno do que seria feito da localidade por “moradores de fora” e “antigos moradores” – categorias utilizadas pelos próprios residentes –, e os diferentes valores que fundamentavam seus discursos, principalmente em torno do destino da “natureza” da Ilha .

Além das noções de paisagem e lugar utilizados como conceitos centrais, ancore-me nas categorias *outsiders* e “estabelecidos”, conforme propõem Elias e Scotson (2000). A escolha justifica-se pela semelhança de embate encontrado pelos autores com trabalho conduzido em Winston Parva, Inglaterra, sobre a divisão que separou ‘antigos moradores’ (os nascidos na região) dos ‘de fora’, numa importante disputa pelo poder. O fato de ter encontrado esse embate levou-me a considerar de grande utilidade os instrumentos conceituais fornecidos por esses autores, aqui utilizados para explorar os diferentes tipos de *outsiders* que chegaram à Ilha de Guaratiba nos últimos 40 anos.

Dois períodos de ocupação ajudaram na construção dessas três categorias de *outsiders*: a chegada dos primeiros sítiantes com finalidade de lazer, na década de 1970 e, num segundo momento, a partir da década de 1990, a ocupação por condomínios fechados de classe média e loteamentos irregulares para população de baixa renda. No caso dos estabelecidos ou “antigos moradores”, como se autodenominam, foram classificados nessa categoria aqueles que nasceram na localidade e descendem de moradores com residência fixa no local há mais de 50 anos.

O estudo teve por base uma pesquisa de campo qualitativa no formato da observação participativa, conduzida entre 2008 e 2009, na área ainda denominada informalmente por Ilha de Guaratiba. Acompanhou-se o cotidiano de diversos moradores, dentre os quais presidentes de associações de moradores, agricultores mais antigos, sítiantes, moradores de condomínios fechados e de loteamentos de baixa renda. Apenas a diretoria do sindicato rural (sediada em Campo Grande) e os arquitetos da AP-5 foram submetidos à entrevista aberta formal em uma única ocasião.

O Consumo da Paisagem Natural

A produção artística, seja literária ou plástica, que se propôs a retratar o bucólico e o antibucólico em contraposição, descreveu paisagens. De acordo com Raymond Williams (1989), o campo foi o foco desse tipo de descrição ao longo da história literária. Preocupado em refletir sobre as imagens construídas do campo no imaginário social, Williams recorreu à produção literária, considerando seu importante papel na construção e registro dessas impressões.

O importante desse movimento é entender o que caracteriza o bucólico em diferentes épocas e considerando valores diversos, já que “a nostalgia é universal e persistente” (WILLIAMS, 1989). No bucolismo clássico, onde se introduz imagens ideais, existem alguns tipos de tensões, como verão *versus* inverno ou deleite *versus* perda. Na adaptação renascentista, as tensões são eliminadas retratando-se o rural apenas através dos elementos ideais de felicidade e tranquilidade. Na era moderna, o bucólico sofre uma importante transformação, passando a direcionar sua atenção para a beleza natural, observada pelo cientista ou pelo turista, sendo essa descrição da natureza incorporada ao universo do amor romântico idealizado.

Williams (1989) reconhece a era moderna como sendo a era do amor romântico idealizado, mas por um viés marxista, já que a idealização da paisagem perfeita e harmônica não passa de ideologia da classe dominante a impedir ou inibir a reação política do trabalhador, seja do campo ou da cidade. Isso fica claro quando ele, ironicamente, afirma que a poesia de Crabbe não passa de um ruído desagradável da poesia informal. Ou ainda, quando ele relata “a compra” de poetas humildes pela classe alta, acarretando a mudança do teor social de suas composições, com os poetas passando a “emprestar suas vozes” aos dominantes. Para Williams, então, a realidade é crua e a imaginação, seja referenciando o passado ou o futuro, é um instrumento ideológico de distanciamento dessa realidade. Para superar o sofrimento real e presente, de acordo com essa perspectiva, é necessário livrar-se da ilusão, da imaginação, e agir tendo como referência elementos históricos, ou seja, da realidade.

Colin Campbell (2001), considerando as argumentações de Raymond Williams e também disposto a trabalhar com as ferramentas desenvolvidas por Max Weber, problematiza de maneira profícua essa relação do imaginoso romântico com a questão produção/consumo diretamente associada ao racionalismo econômico do capitalismo. Campbell não elimina o fato defendido por cientistas sociais e intelectuais, de que a propaganda utiliza aspirações e atitudes românticas como meio eficaz de vender seus produtos, entretanto propõe um desafio para essa concepção. Esse desafio é justamente sua inversão, ou seja, a de que o romantismo tenha sido decisivo na facilitação da própria Revolução Industrial.

Por essa via, a imaginação romântica da era moderna não seria simplesmente um instrumento de controle da classe dominante, um meio de escamotear ou distrair as necessidades reais ou atitudes práticas de superação da desigualdade, mas a própria causa da insatisfação que, por sua vez, gera o consumismo. Pela construção de Campbell, podemos pensar, por exemplo, que melhor do que a viagem em si é a imaginação da viagem, a preparação dela, o conjunto de sonhos, ilusões e esperanças em torno do que acontecerá. A viagem em si dificilmente poderá concorrer com a perfeição das imaginações – ela simplesmente é. E ao fim dela o que resta é a preparação da próxima, imaginando conseguir viver um dia os sonhos que a imaginação é capaz de gerar.

A tese de Campbell proporciona um elemento a mais para a nossa discussão, que é a disposição do homem moderno a sonhar ou imaginar, de se deliciar mais com o projeto da comida do que com o banquete em si, fazendo referência ao que Campbell chamou de “hedonismo tradicional”: “Os romanos, por exemplo, se faziam deliberadamente nausear para poderem ser capazes de continuar a desfrutar dos prazeres de comer, além do ponto em que ficavam fartos” (CAMPBELL, 2001, p. 97). Nesse caso, o prazer está externo ao corpo. Na era moderna, o prazer é proporcionado pela emoção e imaginação, ou seja, pelo interior da pessoa que sente.

De acordo com Campbell, esse fenômeno ocorre por um processo complexo, em que os aparentes contrários reproduzem a própria existência e a própria contradição. Nesse sentido, o romantismo proporciona constantemente a renovação da própria dinâmica do consumismo ao relacionar boemia e moda, ou seja, explosões de boemismo costumam ser seguidas por períodos de novas arrancadas para o consumo.

O Que Buscam os *Outsiders*

Com a intenção de não reduzir a compra da paisagem da Ilha de Guaratiba a mero convencimento cruel da indústria da propaganda vinculada aos incorporadores imobiliários, como poderia fazer pensar a tese de Raymond Williams, prefiro tornar o debate mais complexo ao introduzir os movimentos de desestabilização fornecidos por Campbell.

Pensar o movimento consumo-produção mais especificamente voltado ao nosso interesse, que é a transformação da encosta florestada do maciço da Pedra Branca em painel ou “cena” (COSGROVE, 2004) multiplicando incrivelmente o valor da terra em sua baixada, não pode nos fazer ignorar o fato de que, antes de virar produto num sentido mais generalizado, o lugar era refúgio de alguns românticos. Estes, de maneira libertária e fugindo razoavelmente do padrão de consumo imobiliário, criaram um sistema de valores que os identificava com certo estilo de vida. Obviamente, a mudança de perspectiva que transformou o mar e a montanha – objetos a que se dava as costas – em paisagens de contemplação não foi um movimento nascido no Brasil. No entanto, esta cidade certamente contou com pioneiros na incorporação desse conjunto de valores e de suas alterações ao longo do tempo.

De acordo com Luchiari (2001), antes da revolução agrícola, a natureza era vista como algo a ser superada, dominada, fonte de muitas das ameaças e sofrimentos vividos pelo homem. Tuan (2005) chama a atenção para a mudança de paradigma que transformou o medo da natureza em medo da morte, provocando a proliferação de parques e reservas pelo mundo ocidental.

Exatamente sob tal movimento, agentes responsáveis pela fiscalização das terras ou do território (LUCIARI, 2001) do Parque Estadual da Pedra Branca, situado acima da cota 100 de altitude, impedem que antigos moradores da floresta continuem a praticar agricultura de subsistência. Esta é considerada pelos agentes atividade que “destrói” uma área que é e deve ser protegida e vigiada, a fim de impedir seu aniquilamento. Antes o homem deveria se proteger da natureza, atacá-la, e agora ele deve protegê-la, pois se tornou vítima do homem. Então, a natureza deve ser poupada do homem, ou seja, da agricultura arrasadora e, mais ainda, da industrialização e urbanização, símbolos da racionalidade e da vitória do homem sobre a natureza (TUAN, 2005).

E de quando dataria esse interesse pelas florestas cariocas, não no sentido da produção, mas do desfrute? Celso Castro (1999) afirma que, num guia turístico de 1928, a maior parte das grandes atrações turísticas localizava-se na zona central da cidade, tendo como principais atrações os monumentos, praças, jardins, edifícios e avenidas.

Mesmo estando grande parte das atrações situada no Centro, Castro encontrou também nesses documentos com referências sobre os arrabaldes da cidade, mencionando o passeio de bonde, dentre outras possibilidades. O bonde que, “subindo o caminho do Alto, ‘de espanto em espanto’ até o ponto terminal, na floresta, ‘que não pode ser descrita; tem que ser vista, ouvida, aspirada’” (CASTRO, 1999, p.84).

O autor, a partir dos guias de turismo, observou mudanças nas experiências turísticas que acompanham “mudanças urbanísticas e culturais da cidade”. Exemplares dos anos de 1930 destacavam monumentos artificiais, produtos da técnica e da arte. Hoje, os guias privilegiam os monumentos naturais, como as praias. Por essa via, Castro afirma:

“As narrativas e imagens associadas ao turismo são (...) uma importante via de acesso à história e à geografia culturais de uma cidade” (CASTRO, 1999, p.84).

Seja no caso da Inglaterra abordado por Williams, seja no material sobre o Rio de Janeiro tratado por Castro, percebe-se que ocorrem mudanças de atitude em relação à natureza, tema discutido por diferentes autores. De acordo com Tuan (2005), no mundo ocidental moderno, a natureza em grande parte deixou de ser uma ameaça. No entanto, a cidade manteve os velhos temores: caos, banditismo, enfim, o ritmo da metrópole, como diria Simmel (1967). Residir ou passar os finais de semana na periferia “rural” da cidade, então, oferece duas soluções: fugir do caos das grandes cidades e contemplar os paraísos naturais remanescentes que sobreviveram à fúria da transformação humana. Nesse sentido, a natureza deixa de ser um ambiente de trabalho para ser um quadro vivo, que se vê, respira e ouve da janela ou quintal de casa. No caso dos sítios, parte dela é tomada por propriedade e protegida pessoalmente.

Os sitiantes foram os inauguradores do movimento, os primeiros moradores *outsiders* (ELIAS e SCOTSON, 2000) do paraíso natural perdido nos limites da segunda mais importante cidade do país. Bicalho (1992), em estudo sobre a agricultura no município do Rio de Janeiro, mostrou que entre 1960 e 1980 houve drástica redução numérica de estabelecimentos rurais, e um dos usos substitutivos foi a conversão destes em sítios de veraneio. Os primeiros sítios vendidos à classe média provinda de áreas centrais e nobres da cidade não tinham como objetivo mudar o nome das ruas nem trazer qualquer tipo de luxo ou incremento. Na verdade, só seria o paraíso descoberto se permanecesse inalterado – ruas de terra, trilhas levando ao maciço da Pedra Branca, canto de pássaros e, ao entardecer, barulho de répteis e insetos de várias espécies. Tais elementos só seriam garantidos pela manutenção do segredo que, em parte, era dada pela ‘dificuldade de acesso’ posta em questão nos últimos anos, com a proposta da construção do túnel da Grota Funda.

No mesmo período, década de 1970, “A utopia urbana” de Velho (1975) descreveu a busca por uma Copacabana representada pelo barulho, grande fluxo de pessoas e mercadorias, ponto de difusão de modas e grande acesso a diversão, por exemplo, representando não a compra de um apartamento de apenas 39 m², mas a compra de um estilo de vida, de um tipo de acesso. No caso da “utopia da natureza” na Ilha de Guaratiba, a busca foi e é pela tranquilidade, pelo ‘verde’, pelo som dos bichos, como aparece nos discursos dos novos moradores. Tanto em um como no outro o monumento natural aparece: praia e floresta/montanha. No entanto, o primeiro conjugado ao urbano, aos grandes e importantes fluxos e à moda, enquanto o segundo é associado ao isolamento e distanciamento do caos e males das grandes cidades.

Ao mesmo tempo em que o estudo do fenômeno Copacabana se mostrou (e se mostra) extremamente profícuo às ciências sociais, o fenômeno Ilha de Guaratiba também pode ter muito a dizer sobre aqueles que fugiram de tudo aquilo que mais era valorizado em Copacabana. Estes são, num primeiro momento, sitiantes veranistas ou “moradores de finais de semana”, como preferem ser chamados, e mais recentemente, na década de 1990, moradores de condomínios fechados.

Retornar à questão colocada por Campbell – de os românticos construírem um conjunto de novos valores que se constituem em estilos de vida alternativos e, num segundo momento, esse estilo alternativo pode vir a ser uma nova opção de desejo de consumo social – nos dá como ferramenta de trabalho uma interessante lente para pensarmos os

dois momentos de ocupação da Ilha de Guaratiba. Primeiramente, na década de 1970, como lugar alternativo descoberto por amantes da natureza. Em seguida, na década de 1990, como possibilidade de estilo de vida estabelecido socialmente na cidade e, por isso, aparecendo como demanda de consumo. Defendo a ideia de que os proprietários fundiários ou incorporadores não se engajariam na luta pela construção de um valor de vida, porque seria por demais complexo, lento e custoso. Contudo, aproveitam o desejo patente de uma parcela da sociedade que passa a desejar o consumo desse estilo de vida.

Talvez possamos classificar os consumidores do segundo momento como 'românticos de segunda ordem', porque compram um estilo de vida já experimentado, bem delimitado e definido, ou ainda como 'românticos consumidores', em contraposição ao 'romântico criador'. O romântico consumidor talvez esteja mais próximo do "puritano" ou "cientista", discutidos por Campbell, com base numa pesquisa que mostrou que os jovens colegiais têm imagens estereotipadas do artista e do cientista. O primeiro é considerado imaginativo, suave, tenro, aquele que busca o prazer e é irresponsável. O segundo é inteligente, duro, aquele que é digno de confiança.

O 'romântico consumidor' é o comprador da Ilha de Guaratiba que não abre mão de seus outros sonhos de consumo, como um tipo de estética arquitetônica não centralizado na natureza e a exigência de instrumentos urbanos que, para os 'românticos criadores' seria responsável pela descaracterização do 'paraíso' e desconsideração dos elementos construídos pelos antigos moradores, marcas essas consideradas a 'essência do lugar'. Não estou com isso tentando defender a pureza ou exatidão de nenhum desses tipos na realidade. Apenas tento fazer uma aproximação possível. Para tanto, utilizo a formulação dos tipos ideais (Weber, 1991) como meio explicativo desses dois momentos diferentes da chegada de uma classe média provinda das áreas centrais (zonas Sul e Norte) na periferia da cidade do Rio de Janeiro, extremamente desprovida de infraestrutura técnica e social.

Não custa lembrar que se trata de um bairro (Guaratiba) com os menores índices de aparelhos públicos e mal servido desde a estrutura de saúde e educação até a infraestrutura técnica básica de redes de água, esgoto e transporte (Censo, 2000). Por esse motivo, insisto em construir duas categorias diferentes de moradores *outsiders* (Elias e Scotson, 2000) baseando-me em apenas uma das categorias de Campbell: a do "artista". Como seria possível pensar no estereotipo da racionalidade, representada por Campbell pelo "puritano" ou "cientista", para atribuí-lo a um grupo de pessoas que abandona a proximidade ao trabalho e o acesso aos bens e serviços de melhor qualidade da cidade, para ouvir o coaxar do sapo e admirar o 'verde' pela janela? Estabelecerei, então, para os dois diferentes momentos da ocupação da Ilha de Guaratiba pelos *outsiders*, dois diferentes tipos de românticos. Para o primeiro momento, o 'romântico criador', e para o segundo momento, o 'romântico consumidor'.

O 'romântico criador' será definido a partir do que Campbell chamou de "explosão do boemismo" ou "arrancada criativa". Ele está muito próximo da categoria do "artista". Já o 'romântico consumidor' tende ao "puritano/cientista" trabalhado por Campbell, sem chegar a sê-lo. Com o prazer ou desfrute romântico, ele retrata bem a tensão existente entre os extremos da ciência/tecnologia ou utilidade, mas é predominantemente romântico.

Esse tipo de morador não compra um terreno na Ilha de Guaratiba pelo simples impulso de estar próximo ao ‘verde’, porém busca uma explicação convincente, que não chegue a caracterizá-lo como ‘irresponsável’ – o elemento do estereótipo de Hudson para o “artista” citado por Campbell (2001). Essa justificativa, considerada racional para explicar o investimento numa área que um dia será valorizada, pode ser interpretada como uma tentativa de conciliação de seu romantismo com a racionalidade da melhor maneira possível. Esse é o morador que buscará soluções políticas para os problemas de infraestrutura, se interessará em dar a cara da classe média urbana à toponímia local, espera ansiosamente que o túnel da Grota Funda saia do projeto da prefeitura e acabe finalmente com o isolamento simbólico em relação às valorizadas áreas do Recreio dos Bandeirantes, Vargem Grande e Vargem Pequena. Esse seria o resultado ideal para que sua tensão, entre a romântica atração pelo verde e o racional cálculo do investimento, fosse amenizada.

O ‘romântico consumidor’ e o ‘romântico criador’ (e qualquer outro tipo de consumidor na escala cujos extremos são o puritano e o romântico) compartilham a definição de uma identidade, de um estilo de vida expresso pelo lugar que reside, pela maneira como se veste, pelo esporte que pratica, enfim, pelo conjunto de objetos que compõem a imagem que comunicará aos outros.

Estamos propondo que o “puritano” é visto e se autotransforma como mais ‘racional’ na compra de seus bens, enquanto o “romântico” é classificado como menos responsável e sujeito a compras mais apaixonadas do que ‘racionalis’. Com isso, queremos apenas criar categorias que ajudem a pensar esses novos moradores que afirmam ter “mudado de vida”, “dado uma guinada para uma qualidade de vida melhor” ou ainda “trocado o acesso fácil da zona Sul pela tranquilidade da floresta”. De acordo com Mary Douglas, “A função essencial do consumo é sua capacidade de dar sentido” (DOUGLAS e ISHERWOOD, 2004, p. 108). Não é intenção desse trabalho teorizar sobre o consumo, mas sim pensar o consumo da paisagem da Ilha de Guaratiba por um determinado grupo e num determinado momento. Como defende Douglas, não pensamos o consumo pela sua suposta “racionalidade” ou “irracionalidade” nem pela “utilidade”, já que os bens servem para classificar pessoas. Seguindo seus passos, então, consideramos que os objetos comprados são meios, em vez de fins em si.

No caso da terra, em sua dimensão de mercadoria, precisamos pensar não apenas no retângulo comprado em si, mas em toda a vizinhança que será responsável pela composição do preço do pedaço determinado (CARLOS, 1994). No caso da Ilha de Guaratiba, a paisagem é composta por uma imponente encosta verde e as construções existentes em sua base dão a sensação de termos entrado numa máquina do tempo para o passado. Para quem vem de fora, ou seja, não vive a ‘realidade’ do cotidiano, como defende Williams (1989), parece estar entrando em contato com uma poesia bucólica.

A Grota Funda, barreira simbólica que parece dar fim à cidade do Rio de Janeiro, funciona como a máquina do tempo. Trata-se de um corredor (estrada) mergulhado na mata que, justamente pelo estrangulamento, provoca no passante a sensação de estar exposto aos sons de sua existência (cigarra etc.). Ao fim da descida dessa barreira, parte integrante do maciço da Pedra Branca, existem três opções: continuar pela avenida das Américas em direção à avenida Brasil; ir em direção ao mar da barra de Guaratiba;

ou adentrar rumo ao sopé do maciço, que é a parte do bairro de Guaratiba denominada Ilha de Guaratiba pelos moradores.

É interessante a carga simbólica que carrega essa “barreira física”. Lecionei por 7 anos no Alto da Boa Vista e sempre que era questionada a respeito do bairro onde residia, meus alunos adolescentes se sentiam abismados ao descobrirem que havia alguma coisa depois do Recreio dos Bandeirantes. Entre os professores, não era muito diferente. Moradores da Tijuca, Barra e Recreio, insistiam com frequência que após o Recreio dos Bandeirantes localizava-se outro município. Esse desconhecimento talvez ajude a enriquecer ainda mais a sensação de uma aventura ao transpor o maciço em direção à Ilha de Guaratiba. Simon Schama expressa muito bem essa sensação e necessidade moderna da criação da descoberta da natureza preservada:

Os fundadores do moderno ambientalismo, Henry David Thoreau e John Muir, garantiram que ‘nos ermos bravios se encontra a preservação do mundo’. A ideia era que a natureza selvagem estava em algum lugar, no coração do Oeste americano, esperando que a descobrissem, e que seria o antídoto para os venenos da sociedade industrial. Os ermos bravios, contudo, eram (...) produto do desejo da cultura e da elaboração da cultura tanto quanto qualquer outro jardim imaginado (SCHAMA, 1996, p.17).

Um sitiante de 50 anos de idade, originário do Leblon e residente da Ilha há 26 anos, relatou com entusiasmo o encontro dessa natureza perdida: “Eu, quando eu vim aqui, não tinha nada, ninguém queria morar no fim do mundo (...). A serra sem iluminação e você não ultrapassava ninguém e nem ninguém te ultrapassava (...) eu achei isso aqui um paraíso”.

A encosta florestada ocupada em alguns pontos por gêneros alimentícios transportados em burros, a pracinha ao centro, a igreja e os pequenos armazéns que abastecem a população local remetem os *outsiders* ao bucólico, descrito por Williams (1989). Se não é o passado de suas infâncias, é o passado que povoa o imaginário social. Comprar a Ilha de Guaratiba representa a possibilidade de reencontrar “o passado que, enquanto alteridade, lhes permite quebrar a rotina” (XAVIER, 2000, p. 119). E tudo isso dentro dos limites da segunda cidade mais importante do país. A relativa proximidade com a Barra da Tijuca ou com o subcentro de Campo Grande torna um problema facilmente solucionável qualquer tipo de acesso aos bens e serviços de alta tecnologia (hospitais, equipamentos para comunicação etc.).

A incursão na estrada da Ilha logo conduz ao centro dessa localidade. Para os *outsiders* é muito comum a sensação de retorno ao passado. Existe apenas uma estrada asfaltada de entrada e saída. Essa estrada é de mão dupla, sem acostamento e com as margens ocupadas por capim. A maior parte das ruas secundárias, que levam às residências, é de terra batida. Existem apenas duas possibilidades de entrada ou saída além da via mencionada: pela estrada velha da Grota Funda, bem estreita e íngreme, de difícil acesso para veículos automotores; e pela estrada do Morgado, que leva à Vargem Pequena. A situação do tráfego na estrada do Morgado é ainda mais precária, pois a estreita trilha só permite a passagem de pessoas a pé ou a cavalo.

A Ilha de Guaratiba teve importante passado na produção de frutas e legumes para as áreas centrais da cidade do Rio de Janeiro. A estrada do Morgado era um desses caminhos por onde passavam as tropas carregadas com a produção agrícola. Ainda hoje, a Ilha de Guaratiba é responsável por um resíduo de cultivos tradicionais de horticultura e banana (BICALHO, 1992) consumidos nas proximidades, como Campo Grande e Bangu, por exemplo. No entanto, as plantas ornamentais vêm ocupando cada vez mais esses espaços de produção, uma vez que, diferente dos hortifrutícolas, “são pouco exigentes em insumos e cuidados, têm baixo custo de produção e alto valor no mercado” (BICALHO, 1992, p. 308).

Sem ensaiar em uníssono, produtores de horticultura, de plantas ornamentais ou qualquer morador antigo com um mínimo de vivência em lavoura afirmam sempre o mesmo ao compararem o trabalho hortifrutícola ao das plantas ornamentais. Dona Filomena, com 70 anos de idade, passou a vida inteira trabalhando na produção de frutas e legumes na Ilha de Guaratiba. Ela afirma que: “As roças aqui ta acabando. O pessoal agora ta mais com negócio de plantas [ornamentais]. Era tudo parreira de maracujá, chuchu (...), tá virando sabe o que agora? Planta de jardim. Plantar esses coqueiros (...)”. Dona Filomena comenta que as plantas ornamentais dão mais lucro e menos trabalho.

Carlinhos, 58 anos de idade, presidente de uma das associações de moradores da Ilha de Guaratiba e trabalhador da roça até a vida adulta, explicou como muitos desses agricultores chegaram a essa conclusão: “(...) O cara vende um pezinho de planta ganha vinte, trinta reais. O outro fala, pô, vou ficar nove meses pra colher aipim pra vender a um e cinquenta o quilo? Ou menos, um real”.

Cláudio Barata, presidente do Sindicato Rural da Cidade do Rio de Janeiro, confirma a perda que a agricultura tradicional vem sofrendo para as plantas ornamentais, no entanto chama a atenção para os produtores que não “conseguem” fazer essa conversão:

Na Ilha de Guaratiba tem um projeto pra fazer um polo de floricultura, basicamente a Ilha de Guaratiba, muita gente deixou algumas produções, pra plantar plantas, como tomate, porque dá mais dinheiro. Mas sempre tem alguns produtores que não conseguem largar a parte da agricultura. Não consegue porque ta acostumado (...).

Alfredo é um dos exemplos de agricultor que mantém a produção de legumes e verduras, mesmo à revelia dos filhos. Para ele, o cultivo das plantas ornamentais é para “os que sabem”. De acordo com Carlinhos, depois que Alfredo morrer, a agricultura irá acabar de vez na Ilha de Guaratiba:

Se o seu Alfredo morrer hoje, eu duvido que aquele chuchuzal vai ficar ali muito tempo. Como acabou com o pessoal do Pestana, que virou tudo loteamento, como fizeram ali dentro do Portinho, como aconteceu com a família do Marcha Lenta lá, a família acabou com tudo, vendeu, loteou, pras pessoas fazer mansões, piscina, área de lazer, fazer campo de futebol, como aquele pessoal ali do Moacir também ali, acabou, não tem mais agricultura. Você vai ali dentro agora o que você vê? Você vê horto. Agricultura você não vê nenhuma. A partir do momento que o horto começou a dar dinheiro, dez vezes mais que agricultura, o pessoal migrou da agricultura (...).

O engenheiro agrônomo Fábio Soares, braço direito do presidente do Sindicato Rural, afirma que a agricultura familiar acabou na Ilha de Guaratiba. De acordo com ele, a agricultura tradicional ainda existente depende da mão de obra assalariada, já que os filhos e netos não se interessam pela agricultura. Segundo o engenheiro, esse desinteresse é consequência de: “um modelo de cultura na cidade do Rio de Janeiro que não cabe agricultura. O filho dele não acredita que se produzir chuchu, consegue tirar dois mil reais. Ele prefere ser porteiro na Barra da Tijuca, ou ser frentista de segunda a sábado (...)”.

É nesse contexto de abandono gradativo da produção agrícola, desde o período de 1960-1970, e parcial substituição pela produção altamente lucrativa de plantas ornamentais, devido ao contato de alguns desses moradores com Burle Marx em trabalhos no sítio, que a Ilha de Guaratiba vem se tornando área com terras disponíveis para outras funções não agrícolas, ao mesmo tempo em que mantém parte de seu teor rural.

Paisagem Para Quem?

Ao recortar a história da Ilha de Guaratiba em três momentos distintos, não queremos com isso criar uma hierarquia de inocência ou pureza, tomando antigos moradores ligados a práticas agrícolas como mais puros, passando pelos primeiros *outsiders*, até os menos puros que, então, seriam os moradores mais recentes. A intenção é pensar o conceito de paisagem a partir de um problema de perspectiva.

Sandra Xavier, em artigo que discute a transformação de uma área definida a ser ocupada por uma barreira num parque arqueológico de Portugal, afirma: “a beleza que não habitava o Côa, mas o olhar que os cidadãos transportavam consigo [havia sido responsável pela transformação da] terra em paisagem” (XAVIER, 2000, p.109).

Raymond Williams, seguindo o mesmo rumo, afirma: “Raramente uma terra em que se trabalha é uma paisagem. O próprio conceito de paisagem implica separação e observação” (WILLIAMS, 1989, p. 167). Para esse autor, a paisagem só se forma com o ato de observar e essa observação é realizada por aqueles que veem a natureza como refúgio e alívio da vida urbana das grandes cidades. É o que o autor chama de “tradicional contraste retórico entre a vida urbana e campestre” (WILLIAMS, 1989, p. 69). Raymond Williams defende que não há esse contraste na realidade, já que é a mesma estrutura que produz esses ‘dois lados’, separados apenas no imaginário social.

Como o foco do nosso trabalho não é a questão da desigualdade social nem a “realidade” da existência da separação entre campo e cidade, vamos nos concentrar nos discursos construídos historicamente, no que diz respeito às qualidades ou características da paisagem campestre. É justamente essa contraposição entre campo e cidade que torna a Ilha de Guaratiba atraente para um determinado grupo de pessoas proveniente das áreas caracterizadas ou qualificadas como urbanas (de grande porte). Mesmo se referindo à Inglaterra rural e urbana do século XVIII, não é difícil perceber a manutenção, no imaginário social atual, de uma série de qualidades atribuídas ao campo e à cidade. A cidade é fervilhante pelo barulho e tráfego, perigosa por causa dos ladrões. O campo é fresco, livre desses males atribuídos à cidade.

Luiz, 60 anos de idade, que se autocalifica morador de final de semana, afirma ser a Ilha de Guaratiba um verdadeiro paraíso, lugar onde “ainda tem gente que planta”,

“gente tradicional” e “isso dentro da cidade do Rio de Janeiro”. Durante nossas conversas, disse ter planos de morar definitivamente na Ilha, logo que se aposentar. O “verde” e a “tranquilidade” atraíram os moradores de condomínios para a localidade. Renato, com 58 anos e aposentado (pelo Banco do Brasil), declara não haver coisa melhor que espiar o verde pela janela e dormir “ouvindo o coaxar dos sapos”.

Em conversa com o presidente da Associação de Moradores da Matriz, localidade interna à Ilha de Guaratiba, e com Arilson, rapaz muito atuante nos movimentos sociais de Guaratiba, ambos nascidos na Ilha, perguntei quais seriam suas opiniões a respeito do que buscavam os novos moradores:

Arilson: É, mas é aquela questão do querer descansar, né? Vamos dizer assim, ele queria sair do barulho, da confusão. O genro dele, o Marcelo, é presidente da AMAMA, que é Associação de Moradores e Amigos do Morgado. Mas a preocupação deles não é com a agricultura em si, não é em produzir alimentos pra fazer com que os moradores vivam da terra. A preocupação deles é não deixar crescer, não deixar vir o progresso.

Carlinhos: Igual seu Cassiano ali, veio de Ipanema e mora ali. Pergunta se ele quer sair dali, ele e os filhos dele? Ninguém quer sair. A última coisa que ele quer é um condomínio. É general ele, mas ele não teve a paz que tem aqui. Vem o progresso? Vem! Mas atrás do progresso vem muita desgraça também. O pensamento é assim: você, aquela pessoa viveu a vida toda na zona sul, sabe o que é isso, aquele barulho todo, agora você viveu preso aqui no deserto o tempo todo (...). Quer sair, quer conhecer Copacabana, Ipanema. Você quer conhecer as coisas que você não conhece (...).

Esse imaginário campestre/natural tomado pela tranquilidade e disponível para o deleite da observação é materializado na Ilha de Guaratiba dos moradores novos, que residem e não trabalham no local. De acordo com Corrêa e Rosendahl (2004), a paisagem como construção social está tomada por valores do grupo que a constituiu, valores esses que Gandy (2004) considera:

Parte integrante de um novo sistema filosófico, com finalidade estética e ética, inscrito na dinâmica teleológica da modernidade ocidental. (...) a industrialização e o desenvolvimento urbano fizeram da paisagem e da natureza um objeto pictural mais importante do que o ambiente moderno, percebido como artificial, da cidade industrial. Assim, o estudo da paisagem, e especialmente da natureza selvagem, constitui uma forma de reação artística à destruição da natureza (...) (Gandy, 2004, p. 81).

E para os moradores antigos, que vivem da produção agrícola local ou do acanhado comércio de seu pequenino centro? E para os antigos moradores, que não conseguem mais tirar o sustento de seu bairro ou proximidades? Existe, para eles, esse deleite da observação como refúgio e alívio?

No discurso dos entrevistados mais idosos, nascidos na Ilha de Guaratiba, a chegada/construção de tantos condomínios é sinal do “progresso”, num tom de mal inevitável. Eles valorizam a tranquilidade tanto quanto os novos moradores, com ares de privilégio e superioridade, pois entendem que foram capazes de construir um lugar melhor para

viver, mesmo sendo pobre. No entanto, a encosta e o sopé do maciço são ou foram seus lugares de trabalho. A vida na roça não é descrita por critérios de beleza ou bem viver, mas pela dureza: Sol o dia todo sobre suas cabeças, suor escorrendo, peso da enxada ao levantar a terra, longos trajetos com os animais de carga, dias de chuva que dificultam o trabalho na roça, etc. Quando se remetem à imagem da encosta ou da planície, é para mostrar onde e o que plantaram ao longo de suas vidas. Esse tom de reclamação vem acompanhado de orgulho, ao referirem aos filhos e netos que foram sustentados com esse trabalho, graças a essa terra.

Dona Filomena tem boas lembranças da época em que seus filhos, ainda pequenos, corriam por baixo das parreiras de maracujá ou subiam nas mangueiras. Entretanto, afirma que “trabalhava igual homem na roça”, mesmo durante a gravidez, quando caiu de um pé de manga ao fazer a colheita, sem deixar esconder a dureza do trabalho na produção agrícola.

Mesmo para os moradores nativos da Ilha que nunca trabalharam na roça, é raro qualquer menção à “beleza da paisagem” ou algo parecido. Esse modo de olhar a encosta é novo para essas pessoas e está chegando mais concretamente através dos *outsiders*. Para os *estabelecidos*, a rotina e o relacionamento profundo ou íntimo com tal “natureza” os impede de reconhecer ali uma “paisagem”, no sentido da contemplação daquilo que foi ou está sendo perdido. O relacionamento com essa natureza consiste simplesmente em aproveitá-la, o que inclusive seria chamado por muitos de “ecologicamente incorreto”. A natureza existe para servir o homem, seja através da produção agrícola, do uso de seus recursos – como coleta de frutos e captação de água – ou para absorção dos dejetos humanos. Preservação da natureza, parque estadual, enfim, tudo isso é muito novo e estranho para aqueles que veem a natureza como parte de seu cotidiano.

Categorias e Ações

Para fins de sistematização, podemos pensar em quatro tipos de moradores: os descendentes de produtores agrícolas, que se sentem donos da Ilha de fato por ali residirem (parentes) por várias décadas; os “românticos criadores”, que são os sitiantes, primeiros *outsiders* a chegarem sem propósito de usar a terra para a agricultura; os “românticos consumidores”, moradores dos condomínios fechados; e, por fim, os moradores de baixa renda, que vêm chegando desde o final da década de 1980 em decorrência do loteamento irregular de sítios que deixaram de produzir produtos agrícolas.

Os românticos criadores, *outsiders* de maior poder aquisitivo, donos de sítios com mais de 10 mil metros quadrados têm a “paisagem verde” como principal motivo de luta, já que a decadência da agricultura tem sido responsável pelo loteamento, na maior parte das vezes irregular, seja para construção de condomínios fechados voltados à classe média baixa, seja para a abertura de loteamentos sem qualquer infraestrutura destinados à população de baixa renda. Gonçalves (1983), ao estudar o movimento social a partir de associações de moradores, relata que em bairros socialmente superiores com frequência a principal bandeira das associações são as questões ecológicas, associadas à qualidade de vida e ao *status*.

Esse grupo atua basicamente através da AMAMA (Associação de Moradores do Morgado), numa área ocupada em grande parte por sítios destinados a moradias fixas ou

de final de semana, sem finalidade produtiva, e através do Sindicato Rural da Cidade do Rio de Janeiro. Para eles, a agricultura é o meio mais viável de manter “vivo o verde”, a bela paisagem do paraíso que ainda sobrevive. Para o presidente do sindicato, o importante é a manutenção do verde e a agricultura é só um meio: “Eu sou um preservador do meio ambiente, eu brigo muito pelo meio ambiente. A agricultura é só uma forma de manter a área verde. (...) Hoje o problema é manter a área verde, é manter a agricultura pra manter a área verde”. De acordo com o engenheiro agrônomo do sindicato, os sítiantes têm papel fundamental na proteção da natureza:

Eles são os maiores preservadores. Eles não querem condomínios, não querem que asfalto, não querem túnel (...). Eles não têm produção, mas tem um pezinho de limão pra eles, eles têm a hortaliça dele atrás da casa, mantêm um empregado cuidando disso (...). Como é o Frank! O Frank não tem nenhum tempero que não é dele, a hortaliça é dele, os ovos é dele, o leite é dele (...). Ele tem cinco vacas. O Frank mora lá, ele era de Copacabana, pegou gosto por aqui. É meu amigo, é um preservador.

Mesmo que a busca dos “românticos consumidores” tenha sido a mesma dos “românticos criadores”, ou seja, a proximidade com o verde e tranquilidade a ele associada, os românticos criadores veem na presença desses moradores de condomínios e de loteamentos de baixa renda o estopim da destruição do paraíso.

Durante a pesquisa de campo, alguns sítiantes *outsiders*, classificados como “românticos criadores”, criticaram duramente a ação de um antigo agricultor da área, ainda em atividade na plantação de legumes, ao permitir que os filhos vendessem parte de suas terras em formato de pequenos lotes:

Quando o chuchu dele não dá dinheiro ele troca, vai pro ramo da quitinete (...). Ele traz o bandido para perto da casa dele, eu nunca vi disso. Você conhece alguém que mora em quitinete? Não? Quitinete é o seguinte: o cara de passagem, fugido, ele fica em um lugar durante vinte dias, trinta dias e vai embora. Ele não é um morador que vai vir para cá para ficar aqui, para trazer coisas boas para a região. É alguma coisa de errado. Quitinete é tudo de ruim. Estou falando sério!

E a ação desse grupo tem ocorrido no sentido de coibir a venda desses sítios por parte desses antigos moradores ligados à produção agrícola, ditos “ignorantes”, através da aliança com o sindicato. É importante mencionar que essa união não se dá apenas por afinidade de posição em relação à “natureza”, mas também por laços de amizade e padrão de renda. Segundo o presidente do sindicato:

Esse é um crescimento desordenado que nós estamos travando (...). Isso aconteceu na administração Cesar Maia, diminuiu na administração do Conde, porque aqui o produtor rural estava pagando o ITR e o IPTU, aí quando o Conde era prefeito, eu mandei uma mensagem de lei, encaminhei à câmara, através do vereador Imbraim Ramos, brigamos lá e conseguimos não cobrar mais o IPTU, aí ficou só o ITR. Tinha produtor que tinha dívida de duzentos mil reais. Aí, muita gente se desesperou, com medo de perder a terra, e vendeu.

Na administração Cesar Maia teve muito crescimento desordenado. Isso estraga o único pulmão da cidade do Rio de Janeiro que nós temos preservado: a Ilha de Guaratiba.

Os “românticos criadores” são extremamente atuantes e defendem “o futuro” ou o “passado” da Ilha de Guaratiba, que é a manutenção do paraíso, ou seja, a preservação da encosta do maciço da Pedra Branca; o não asfaltamento das ruas; permanência da fragmentação mínima de 10 mil metros quadrados (sítios); defesa da agricultura na planície como forma de manter as encostas protegidas; ligação ao sindicato com o objetivo de impedir politicamente a “ocupação desordenada”, traduzida pelo loteamento para população de baixa renda; além de projetos de ecoturismo para a região. Por outro lado, os antigos moradores, ainda ligados ou não à agricultura, e os novos moradores de baixa renda querem o “progresso”, ou seja, ruas asfaltadas, circulação de mais ônibus e a construção de muitos condomínios fechados para dar emprego à população local. Esse “outro lado” é composto por duas associações de moradores das “comunidades” ou “favelas”, assim chamadas pelos sitiante, que são a Matriz e o Caminho do Poder da Boa Vontade, além da Associação da Ilha de Guaratiba, que conflita com as demais por se autointitular a única associação de direito da Ilha.

É importante assinalar que não existe um embate aberto entre esses dois grupos antagônicos. Na verdade, não há nem mesmo conversa: um grupo ignora o outro. O primeiro se sente imbuído de tomar as rédeas do futuro da Ilha por julgar ter condições intelectuais para tal e saber o que é bom ou ruim, ao contrário dos pobres ou “agricultores ignorantes”, “com dinheiro, mas ignorantes”, como disse uma sitiante. Já para os antigos moradores, donos de propriedades e “com dinheiro”, ou para aqueles que sofreram queda do padrão com a perda da propriedade, “esses sitiante” não sabem de nada sobre a Ilha. Eles sim, moradores há gerações, é que sabem do que a Ilha precisa, e por isso ignoram a posição dos intrusos.

À questão do asfalto associam-se inúmeros conflitos e tensões entre moradores, como foi possível perceber através das entrevistas. Em uma delas, realizada num bar, os ânimos dos frequentadores ficaram bastante alterados quando a questão do asfalto foi abordada. Trata-se de um aspecto que mexe com todo um conjunto de ideais para a Ilha: “Nós queremos acabar com a lama e a poeira (...), quem tem carro mete o pé e quem tem que andar a pé come poeira quando esses carros passam correndo”, disse um morador ao se referir aos sitiante e moradores de condomínios fechados. Como a ligação dos sitiante com gente influente da sociedade carioca é incomparável, alguns líderes da população de baixa renda e antigos moradores fazem acordos eleitoreiros para obter os serviços públicos que consideram necessários. É esse o caso do presidente da associação da Ilha:

Não dá não, as pessoas andarem na poeira e na lama. Por isso eu digo: tem que ser ligado à política. Esses vereadores têm direito a tantos quilômetros de asfalto, mas eles vão botar isso onde dá voto. Eu negocie pra eles trazerem esse asfalto pra cá. (...) Não quero saber quem é, ta no poder eu quero me ligar. (...) Não adianta, qualquer político só vem aqui na época das eleições, tem que saber usar. Depois que se elege, não aparece mais ninguém aqui. (...) Eu asfaltei a Matriz, iluminei a Matriz, coloquei os quebra-molas. Agora eu to tentando tapar esses buracos (...).

Gonçalves explica, em seu estudo sobre associações de moradores, que as associações de classe baixa tendem a sofrer assédio de políticos por “carecer de condições de luta”, devido à falta de informação e de acesso a outros “setores sociais” e “organismos políticos” (GONÇALVES, 1983, p. 83). Relata ainda que suas principais reivindicações tendem a ser por equipamentos públicos de infraestrutura técnica, principalmente, e social.

Mesmo sob condições desfavoráveis, os presidentes das outras duas associações citadas não gostam “dessa maneira” de conseguir as coisas, envolvendo-se com esse “pessoal de política”. Eles preferem fazer mutirões, puxar os canos, levar água, enfim, “ir fazendo conforme dá”. Dizem não acreditar na intenção real dessas pessoas em relação aos problemas deles. No entanto, lutam pela mesma coisa e veem na construção de condomínios fechados a solução para o problema do “isolamento”, em termos de ampliação do comércio e serviços públicos, e como possibilidade de oferta de empregos, principalmente para portaria, jardinagem e trabalhos domésticos.

Esse grupo vivencia um conflito difícil de solucionar. Por um lado, sente-se mal com a presença dos *outsiders*, ou seja, com a introdução de novos hábitos, interrupção de caminhos ou trajetos pela construção de muros em áreas que até então eram usadas comunitariamente. Por outro lado, necessitam dos empregos que esses “intrusos” acabam por gerar. Renato, 38 anos de idade e porteiro de um desses condomínios, expressou com clareza esse sentimento:

Porteiro: “Ah, eu não gosto da presença desses moradores novos não, era bom na época da agricultura, era só parentada na Ilha, não tinha gente de fora. Podia até dormir de janela aberta. A única coisa que não era bom é que não tinha luz. Mas aí junto com a luz, com o progresso, veio tudo isso junto, de ruim. (...) Essas pessoas trouxeram bebedeira pra cá, veio muita gente brigona. Você vê, nesse condomínio, ninguém se entende, mal se cumprimentam.”

Alice: “E como é o relacionamento dos moradores novos, que vieram de fora, com os antigos?”

Porteiro: “Não tem relação não. Eles não querem falar com ninguém. (...). Os condomínios foram bom pra dar emprego, porque o pessoal daqui é acomodado, quer trabalhar perto de casa (...).”

Para os agricultores mais idosos, a mudança ou “progresso”, como dizem normalmente, tira a tranquilidade costumeira. Contudo, é visto como inevitável. Para seus filhos e netos é o fim do isolamento, e suas terras passam a valer mais. Além disso, o padrão de consumo exibido por tais moradores de condomínio, com carros caros, roupas da moda, enfim, é o estilo que querem copiar.

No caso dos moradores de condomínios fechados, a motivação também foi a “tranquilidade” e o “verde”, mas não chegam a se envolver com o lugar nem com as pessoas do local a ponto de se incluírem na defesa de qualquer questão que seja. Em entrevista com o síndico do “*Ilha Green*”, condomínio da Matriz, localidade interna a Ilha, perguntei se os moradores faziam parte da associação de moradores local. Imediatamente, ele respondeu: “Nossa associação é do *Ilha Green*, se não há interesse em manter relação entre os próprios condôminos, que dirá com a Matriz (favela) ou moradores antigos”.

De acordo com síndicos, porteiros e os próprios moradores dos condomínios, a relação interna entre condôminos não é boa, sendo ainda pior ou nula com os antigos moradores locais, que residem fora do “muro” do condomínio. Dentro dos condomínios, não se vê crianças brincando nas ruas, nem mesmo em finais de semana. “As ruas ficam sempre desertas”, disse o síndico do *Ilha Green*.

Os antigos moradores os acusam, ainda de acordo com esse síndico, de estarem trazendo a destruição para a área, aumentando muito o fluxo de veículos nas ruas e de fazerem barulho. Isso justifica, segundo o ponto de vista dele, o afastamento entre moradores de condomínios e antigos moradores. Não existe nenhum tipo de relação, não jogam futebol juntos nem frequentam os mesmo lugares. “Sair só para comprar pão, tudo é na Barra ou Recreio, resolvo tudo na Barra ou Recreio”, disse o síndico ratificando o afastamento.

Ao mesmo tempo em que o síndico do *Ilha Green* diz que veio em busca da “tranquilidade” e do “verde”, afirma também que “deveria sim fazer outro bairro, para melhorar isso aqui. Não tem nada aqui de comércio e serviços. Além do mais iria impedir as favelas”. “O nome também deveria mudar para Recreio de Guaratiba”, pois faz a “relação com o Recreio dos Bandeirantes”, dando “mais pompa e valorizando a Ilha”.

Considerações Finais

Os estabelecidos ou “antigos moradores” utilizam o princípio da antiguidade para legitimar seu poder na Ilha de Guaratiba. Para eles, os de fora vêm atrás da “tranquilidade”, do “clima” e do “sossego” que eles produziram, através dos valores da tradição rural, ou seja, todo o conjunto de relações entre as famílias e destas com a terra. Os *outsiders* são acusados de desintegração social por apresentarem um tipo de comportamento mais individualista e uma relação “racional/burocrática” (WEBER, 1999) com o solo, sem correspondência com as formas de sociabilidade vigentes na antiga Ilha de Guaratiba. Essas acusações são fruto do temor da perda do controle sobre o que pode ou não acontecer no lugar.

O embate causado pelo encontro do tradicional/familiar com o burocrático/individualista explica a dificuldade de relacionamento existente entre os novos moradores e os antigos. Já no caso dos novos moradores, além das diferenças de renda que separam claramente os grupos por valores, necessidades e expectativas, temos as dificuldades entre si, internamente aos loteamentos de baixa renda e condomínios. Nesse caso, não se trata de embate entre o tradicional e o burocrático nem entre grupos com padrões de renda diferentes, mas de uma rede de relacionamentos que tem mais a ver com trajetórias particulares de vida, do que com o local de moradia. Nesse sentido, dentro da complexa metrópole, os laços se dão mais pelas preferências ou escolhas ‘livres’ e individuais, do que pela proximidade física ou local de moradia.

Durante as longas conversas com moradores da Ilha de Guaratiba, foi possível compreender, através de suas narrativas, os valores que fundamentam suas ações. Num certo dia de trabalho, um dos entrevistados inserido na categoria “antigo morador” afirmou que eu acabaria a pesquisa conhecendo mais do lugar do que ele próprio, que nasceu na Ilha. É claro que nunca terei a intimidade que um morador tem com o lugar, contudo acredito que ele tenha se referido ao meu interesse em ouvir o máximo de vozes possível, independente de origem, tempo ou local (condomínio, sítio, “comunidade”) de moradia.

Com esse trabalho, foi possível perceber que cada grupo age de acordo com suas trajetórias sociais e, ao mesmo tempo, que tais trajetórias e histórias de vida podem dar importantes pistas sobre suas crenças, valores e necessidades. Justamente a não compreensão dessa trajetória gera o círculo infundável de acusações entre as diferentes categorias de moradores, impedindo qualquer tipo de conversa e negociação.

Como pode o antigo morador perceber paisagem em seu lugar? Ele está dentro demais para conseguir o distanciamento necessário para vislumbrar tal cena. Como explicar às famílias que plantaram a vida toda, que não podem cultivar no Parque Estadual da Pedra Branca? E quanto aos sitiantes, será possível fazê-los entender que a população não tem o intuito de destruir e sim de utilizar os meios oferecidos pela natureza para sobreviver? Que as pessoas precisam resolver suas necessidades de moradia com os recursos que conseguem obter, mesmo que em quitinetes? E quanto aos moradores de condomínios, devemos convencê-los a ser menos racionais quanto às próprias necessidades de urbanização? Nesse sentido, espero que essa tentativa de compreensão ultrapasse os muros da universidade e chegue aos agentes sociais, auxiliando-os nas negociações diárias.

Não poderia me esquecer de mais um ponto! Ao final do campo, após 2 anos de trabalho contínuo, durante um final de semana livre para descanso, percebi que não me interessava mais pela paisagem da Ilha como opção para minhas trilhas de bicicleta: a Ilha se tornou meu lugar de trabalho.

Referências Bibliográficas

BICALHO, A. M. S. M. Agricultura e ambiente no município do Rio de Janeiro. In Abreu, M. A. (Org.). *Natureza e sociedade no Rio de Janeiro: Secretaria municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração*, 1992.

BRASIL. Dados censitários da cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: WWW.armazemdedados.rio.rj.gov.br

BRASIL. Decreto nº 24230 de 20 de maio de 2004. Disponível em: WWW.portalguaratiba.com.br.

CAMPBELL, C. *A ética romântica e o espírito do consumismo moderno*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

CARLOS, A. F. A. *A cidade*. São Paulo: Contexto, 1994.

CASTRO, C. Narrativas e imagens do turismo no Rio de Janeiro. In Velho, G. (Org.). *Antropologia Urbana: cultura e sociedade no Brasil e Portugal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z. Paisagens, textos e identidade: uma apresentação. In Corrêa e Rosendahl (orgs.). *Paisagens, textos e identidades*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

Dias, A. F. R.

COSGROVE, D. A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In Corrêa e Rosendahl (orgs.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

DOUGLAS, M. e ISHERWOOD, B. *O mundo dos bens: para uma Antropologia do consumo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

ELIAS, N. e SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

GANDY, M. Paisagem, estéticas e ideologias. In Corrêa e Rosendahl (orgs.). *Paisagens, textos e identidades*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

GONÇALVES, D. C. *Reivindicação urbana, estratégia política e movimento social das Associações de Moradores*. Dissertação de Mestrado. IPPUR, 1983, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

LUCHIARI, M. T. D. P. A (Re)significação da paisagem no período contemporâneo. In Corrêa e Rosendahl (orgs.). *Paisagem, imaginário e espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

O GLOBO. *Recreio de Guaratiba terá prédios baixos*. 06/6/2004.

SCHAMA, S. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In Velho, O. (Org.). *O Fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

TUAN, Y. *Paisagens do medo*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

VELHO, G. *A utopia urbana*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1975.

WEBER, M. *Sobre a teoria das Ciências Sociais*. São Paulo: Editora Moraes Ltda, 1991.

_____. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1999.

WILLIAMS, R. *O campo e a cidade na História e na Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

XAVIER, S. O monumento é o vale: A retórica da paisagem no Parque Arqueológico do Coa *Etnográfica*, Vol. IV (1), 2000, PP. 109-127.

Recebido em 8/12/2009

Aceito em 16/09/2010